



PNEEPEI E O DESAFIO DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: AVANÇOS, CONTRADIÇÕES E PERSPECTIVAS

Adriana Duarte Lopes de Oliveira
Universidade Estadual de Montes Claros- MG (UNIMONTES)
adriduartelopes@gmail.com

Andréa Lafetá de Melo Franco
Universidade Estadual de Montes Claros- MG (UNIMONTES)
andrea.franco@unimontes.br

Patrícia Santana da Silva
Universidade Estadual de Montes Claros- MG (UNIMONTES)
patricia.santana@edu.montesclaros.mg.gov.br

Silvana Diamantino França
Universidade Estadual de Montes Claros- MG (UNIMONTES)
silvana.diamantino@unimontes.br

Eixo 3 – Políticas Públicas e Gestão Educacional na Perspectiva Inclusiva

**Palavras-chave: Inclusão; PNEEPEI; Educação Especial; Políticas Públicas;
Formação Docente.**

Resumo Simples

Introdução

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), instituída em 2008, representou um marco na formulação de políticas públicas educacionais ao reafirmar o direito de todos os estudantes aprenderem em classes comuns do ensino regular. Inspirada na Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU, 2006), a política exige revisões contínuas nos sistemas de ensino e nas práticas escolares, promovendo a transformação das instituições em espaços mais acessíveis e democráticos. Este trabalho objetiva analisar criticamente os avanços e as contradições da PNEEPEI no Brasil, enfatizando sua relevância como política pública voltada à gestão educacional inclusiva.

Fundamentos Teóricos

A PNEEPEI se sustenta em princípios que dialogam com a teoria histórico-cultural de Vygotsky (1991), segundo a qual o aprendizado se dá em contextos sociais mediados e, portanto, deve contemplar a diversidade. Para Mantoan (2006), a inclusão demanda não apenas o acesso, mas a reconstrução da cultura escolar, com metodologias que favoreçam a aprendizagem de todos. Saviani (2008), ao defender a pedagogia histórico-crítica, reforça que a democratização da escola exige a socialização do conhecimento historicamente produzido. Glat e Blanco (2007) acrescentam que a efetividade das políticas inclusivas depende diretamente da formação docente contínua e de uma gestão comprometida com a coletividade.

Metodologia

A pesquisa é de natureza qualitativa e caráter teórico-documental, baseada na análise da PNEEPEI (2008), da Convenção da ONU (2006) e de produções acadêmicas que problematizam a implementação da política em diferentes contextos. Foram consultados artigos, livros e documentos oficiais, com foco na articulação entre políticas públicas, gestão educacional e práticas inclusivas.

Análise parcial dos resultados

A análise aponta que a PNEEPEI contribuiu para a consolidação de diretrizes nacionais sobre inclusão, ampliando a instalação de salas de recursos multifuncionais e fomentando programas de formação continuada. Também fortaleceu o debate sobre a responsabilidade compartilhada entre União, estados e municípios na garantia da inclusão escolar. No entanto, os dados revelam contradições: muitas escolas ainda carecem de infraestrutura adequada, a integração entre sala comum e sala de recursos é limitada, e a formação docente nem sempre atinge a profundidade necessária. Pesquisas recentes (Pletsch, 2019; Glat, 2020) mostram que a insegurança de parte dos professores e as descontinuidades políticas impactam a efetividade da PNEEPEI. Essas lacunas evidenciam que, embora a política seja um avanço, a gestão pública precisa investir em monitoramento, financiamento consistente e apoio técnico permanente para garantir sua aplicação.

Conclusões parciais

Conclui-se que a PNEEPEI é fundamental para orientar políticas públicas inclusivas no Brasil, mas sua efetividade depende de uma gestão educacional articulada, participativa e comprometida com a equidade. A inclusão escolar não se realiza apenas pela existência de legislações, mas pela construção de práticas sustentadas por formação docente contínua, condições materiais adequadas e uma cultura escolar transformadora. Assim, a PNEEPEI permanece como um horizonte de luta, que precisa ser constantemente reafirmado e fortalecido frente aos desafios atuais.

Referências

BRASIL. Ministério da Educação. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília: MEC/SEESP, 2008.

GLAT, Rosana; BLANCO, Rosa. Educação inclusiva: cultura e cotidiano escolar. Rio de Janeiro: Wak, 2007.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. Inclusão escolar: pontos e contrapontos. São Paulo: Summus, 2006.

PLETSCH, Márcia Denise. Desafios para a implementação de políticas públicas de educação inclusiva no Brasil. Cadernos Cedes, v. 39, n. 105, p. 293-311, 2019.

SAVIANI, Dermeval. Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2008.

VYGOTSKY, Lev Semionovitch. A formação social da mente. São Paulo: Martins Fontes, 1991.